

**NOTÍCIA**

## **Segurança Jurídica (para leigos) – II**

**Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

**Membro eleito da Academia Norte-rio-grandense de Letras  
mnrldantas@uol.com.br**

Dizíamos, ao fim do artigo anterior sobre o tema, que outro fenômeno decorrente da constitucionalização da compreensão do ordenamento foi o de introduzir os princípios jurídicos (muitos dos quais oriundos da constituição) ao lado das meras regras (em geral decorrentes de lei). Ou seja, o reconhecimento efetivo da chamada força normativa da Constituição. E que isso passou a propiciar ao aplicador do direito - tanto àquele que o aplica de ofício (o administrador, o Executivo) como ao que o faz mediante provocação (o julgador, o Judiciário) - uma esfera de liberdade maior. E questionávamos se isso seria bom ou ruim para a segurança jurídica.

Vamos ver. Como consequência, tem-se que: na segurança jurídica legalista há o defeito do burocratismo, da limitação, do atrelamento ao texto e da construção de uma normatividade dependente, basicamente, do administrador, que define os parâmetros da atividade do Estado, e do juiz, que diz se eles estão de acordo com a lei. O que, obviamente, não satisfaz. Na segurança jurídica constitucionalizada, não há mais essa vinculação absoluta ao legalismo - observe-se que os juízes mais antigos adoravam dizer que eram "escravos da lei", os agentes do Ministério Público eram os "fiscais da lei"; hoje, todos preferem dizer que são aplicadores da Constituição, promotores da eficácia do ordenamento jurídico e por aí vai -, podendo-se agir em nome de princípios, valores, etc. Acontece que tais valores, princípios, postulados e quejandos, por sua quase sempre formulação vaga, genérica e permissiva das mais diversas interpretações - muito em decorrência de um superficial entendimento, ou às vezes má compreensão de sua real estruturação teórica, e, nos piores casos, de distorções propositais -, findam permitindo que cada juiz e cada administrador os aplique do modo que melhor lhe pareça. Assim, finda-se recaindo numa nova armadilha que milita contra a segurança jurídica: a ausência de parâmetros compreensíveis por todos, uma vez que se abandonaram os marcos legais, que, por mais que fossem criticáveis, eram reconhecíveis por qualquer um, e se adotaram postulações que, na prática, são extremamente subjetivas, permitindo o surgimento, diante da mesmíssima lei, de aplicadores das mais diversas tendências: liberais uns, rigorosos outros; garantistas estes, partidários da defesa social aqueles; humanistas aqui, estatistas acolá, e assim por diante. Invocam-se princípios para justificar as decisões mais diversas.

Frequentemente o mesmo princípio é usado como suporte de conclusões opostas. A "dignidade da pessoa humana", por exemplo, virou panacéia. E o leigo, cada vez mais confuso, pergunta-se: mas tal conduta é certa ou é errada? Isto que estou fazendo é permitido ou proibido? E como os agentes estatais são muitos e múltiplos, diante do quadro narrado acima, muitas vezes as respostas são variadas, ainda que a Constituição seja única, e a lei aplicável, uma só. Entretanto, um diz que pode, o outro, que não. Um multa, o outro autoriza, e assim vai.

Qual a solução? Não tenho receita de bolo, preclaro leitor. Estou apenas apresentando a

você, leigo, na minha qualidade de profissional do Direito, perplexidades que me atormentam todos os dias. Considero, porém, ao contrário de muitos, que alguma possível saída - e o problema não é fácil - não está nas mãos apenas dos que trabalham na área jurídica, mas na formação de uma massa crítica para a qual toda a sociedade esta convocada. Até porque, do jeito que a coisa vai, todo o sistema que se levou tanto tempo para construir pode entrar em linha de risco, inclusive suas bases econômicas, aquelas que ferem o ponto mais sensível do corpo humano. Meu papel, aqui, é somente trazer a questão a lume, e suscitar o debate. Até porque é da discussão que nasce a luz.